

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Capistrano de Abreu e as Confissões e Denúncias da Bahia: Prefácios, Historiografia e a Inquisição no Brasil Colonial¹

Paula D'Ávila de Aguiar

Orientador Fábio Kuhn

RESUMO: O trabalho analisa os prefácios escritos por Capistrano de Abreu para as obras *Confissões da Bahia* (1922) e *Denúncias da Bahia* (1925), que introduzem registros da Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil. Os textos destacam elementos culturais, sociais e religiosos da sociedade colonial, além de oferecerem uma visão abrangente sobre o controle inquisitorial na Bahia do século XVI. Embora os prefácios reflitam as limitações interpretativas do período em que foram produzidos, como o foco nas instituições e agentes coloniais, eles fornecem importantes bases para a compreensão das dinâmicas da época. A pesquisa considera as contribuições recentes sobre o tema, que ampliam o entendimento das interações culturais e das resistências dos grupos marginalizados, como indígenas, africanos e mulheres, oferecendo novas leituras para as fontes publicadas por Capistrano.

Palavras-chave: Capistrano de Abreu; Confissões da Bahia; Denúncias da Bahia; Inquisição; Sociedade colonial; Historiografia brasileira.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso de graduação no formato de artigo apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em História. Orientador: Prof. Dr. Fábio Kuhn. Banca examinadora: Prof(a). Dr(a) Cássia Daiane Macedo da Silveira. Prof. Dr. Lucas Maximiliano Monteiro.

Introdução

“Se lhe for possível, agite a Torre do Tombo”², exclamava Capistrano de Abreu em carta ao amigo João Lúcio de Azevedo, incomodado com o atraso dos documentos que havia solicitado da primeira visitação do Santo Oficio ao Brasil, salvaguardados no arquivo português.

Capistrano nunca esteve na Europa e a despeito disso foi responsável pela edição e publicação de dois dos mais importantes livros de fontes da atuação da Inquisição no Brasil Colônia, *Confissões da Bahia*, de 1922 e *Denunciaç es da Bahia*, de 1925. Para além dos amplamente conhecidos escritos do historiador acerca da história colonial brasileira, como os *Capítulos da história colonial*, de 1907, as publicações de *Confissões* e *Denunciaç es* trazem conteúdos que fundamentam a relevância de Capistrano como um dos maiores historiadores do Brasil. Ao organizar e editar esses registros históricos, ofereceu ao público acesso inédito a documentos que revelam o cotidiano de algumas localidades brasileiras do final do século XVI, trazendo à luz práticas religiosas, sociais e culturais que anteriormente permaneciam pouco exploradas.

Os documentos publicados por Capistrano de Abreu revelam a complexidade do controle inquisitorial em terras coloniais, refletindo as dificuldades da Igreja em lidar com práticas locais que escapavam aos padrões católicos europeus. O foco inicial da visitação do Santo Oficio era a perseguição aos cristãos-novos, acusados de praticar secretamente o juda simo, mas as confissões acabaram trazendo à tona uma série de práticas que surpreenderam o visitador Heitor Furtado de Mendonça. Entre elas, a feitiçaria, heresias locais como a *Santidade de Jaguaripe*, e comportamentos sexuais considerados desviantes, como a poligamia com indígenas e a homossexualidade. Para além do processo do Santo Oficio no Brasil Colônia, as publicações permitem entender como se desenvolvia a vida na colônia. Os prefácios escritos pelo historiador revelam dinâmicas sociais, econ micas e políticas da principal região do Brasil no primeiro século da colonização.

A edição de Capistrano, ao mesmo tempo em que altera ao mínimo os textos originais, buscando conservar os aspectos próprios da escrita dos registros legais da Inquisição, traz análises e apontamentos muito ricos para a compreensão tanto dos documentos apresentados

² ABREU, Capistrano de. Carta para João L cio de Azevedo. Rio de Janeiro, 25 abr. 1921. *Correspondência*, v. 2, p. 209.

como da sociedade colonial brasileira no geral. Por isso, a análise dos registros inquisitoriais não deve ser dissociada do papel do próprio Capistrano como editor.

Seguramente o trabalho de Capistrano na Biblioteca Nacional, de 1879 a 1883, foi o antecedente ideal para que a publicação fosse possível. Seu contato com outras obras inquisitoriais a partir de documentos da Biblioteca fez com que o historiador se aproximasse pouco a pouco dos documentos do Santo Ofício na Bahia, além de seu círculo social privilegiado, tendo contato com muitos intelectuais contemporâneos importantes. Agregada a sua obra escrita, publicada e editada, a correspondência que Capistrano trocava com amigos e colegas revela uma série de aspectos da sua construção como historiador. Entre esses interlocutores, está João Lúcio de Azevedo, historiador português que foi essencial no intermédio de Capistrano com os copistas da Torre do Tombo, fazendo com que os documentos chegassem até o Rio de Janeiro de maneira impressionantemente eficaz para a época.

Este artigo tem como objetivo principal analisar os prefácios escritos por Capistrano de Abreu para as obras *Confissões da Bahia* e *Denúncias da Bahia*, destacando como suas escolhas refletem sua interpretação sobre a Inquisição no Brasil colonial e a relevância desses documentos para a historiografia. A análise privilegia os elementos ressaltados nos prefácios, como a organização dos registros, os temas priorizados e as conexões estabelecidas por Capistrano entre os documentos e a dinâmica da sociedade colonial. O interesse que motivou a realização desta pesquisa foi a impressionante peculiaridade de Capistrano ter conseguido publicar fontes essenciais à compreensão do período sem nunca ter estado no arquivo português, o que levanta questões sobre os desafios enfrentados para acessar os documentos, os critérios que orientaram a construção dos prefácios e como suas escolhas influenciaram a interpretação histórica e as representações da sociedade colonial.

2. O historiador Capistrano de Abreu

João Capistrano Honório de Abreu nasceu no ano de 1853, em Maranguape, na então província do Ceará. Após cursar Humanidades em Recife, mudou-se para o Rio de Janeiro, em 1875. Seu primeiro emprego na cidade foi em uma renomada livraria da época, Garnier, considerada mais do que uma simples loja, mas uma porta de entrada importante para a elite

intelectual brasileira.³ Na mesma época, atuou em outros espaços de prestígio, como o periódico *Gazeta de notícias* e o Colégio Aquino lecionando português e francês.

Trabalhou também na Biblioteca Nacional, de 1879 a 1883, o que o aproximou de fontes históricas valiosas e certamente contribuiu grandemente para sua formação como historiador⁴. Em 1879 concorreu a vaga de professor da disciplina de Corografia e História do Brasil Imperial no importante Colégio dom Pedro II. Durante sua carreira na historiografia, Capistrano dedicou-se principalmente ao tema da colonização brasileira, debruçando-se não só nos prismas mais comumente estudados, mas aprofundando-se nos aspectos que moldaram a identidade nacional nesse período. Com sua obra mais famosa, o livro *Capítulos de história colonial*, de 1907, contribuiu para a construção de uma narrativa que supera o mero relato factual e cronológico dos eventos, introduzindo um olhar atento às estruturas sociais e econômicas e enfatizando o papel das instituições e das interações culturais entre colonizadores e indígenas.

Ávido explorador dos arquivos, foi, além de escritor, um exímio editor de livros, sendo responsável pela publicação de obras fundamentais para historiografia brasileira, como as analisadas no presente artigo, *Confissões e Denúncias da Bahia*. Capistrano de Abreu desempenhou um papel fundamental na evolução do pensamento histórico no Brasil. Ele dialogou criticamente com as abordagens de Varnhagen, enquanto influenciou pensadores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior. Essa conexão é significativa não apenas por suas ideias, mas também por sua trajetória pessoal e profissional, que lhe conferiram uma aura ambivalente.

Discursos póstumos de seus contemporâneos frequentemente ressaltam a dicotomia em sua figura, oscilando entre a "barbárie" de seus modos excêntricos e a "civilização"⁵ que emanava de sua notável erudição. Apesar de não ter produzido uma obra monumental que consolidasse sua posição, Capistrano é amplamente considerado uma das maiores referências na historiografia brasileira. Sua abordagem crítica e meticulosa na pesquisa histórica, aliada a um

³ Com humor, dizia-se que parar diante de sua porta era o mesmo que “posar para a posteridade”. Outro observador notou que aquela livraria não era “um simples estabelecimento comercial, mas um clube, uma academia, uma corte de mecenato”. (GONTIJO, 2006, p. 33)

⁴ Alguns biógrafos consideram que foi na Biblioteca que a vocação de Capistrano para os estudos históricos se manifestou de modo decisivo. O emprego teria contribuído para definir sua preferência pela história, sendo que seus primeiros trabalhos sobre esse assunto foram publicados justamente naquele momento. (Ibid, p.37)

⁵ GONTIJO, 2006, p. 46

olhar atento às interações culturais, contribuiu para moldar a forma como a história do Brasil é compreendida até hoje.

3. As Confissões e Denúncias da Bahia

Houve muitas tentativas para instaurar a Inquisição em Portugal, nos moldes da já existente na Espanha. Porém, foi apenas em 1536, quando a bula *Meditatio cordis nostri* foi assinada pelo Papa Paulo III, regulamentando a atuação do Santo Ofício, que a Inquisição lusitana passou a vigorar.⁶ O século XVI foi para a Igreja um período de crise, já que a Reforma Protestante levou muitos fiéis a seguirem as novas religiões nascentes. Com isso, a Inquisição servia, junto com a força do poder absolutista, não só como um tribunal religioso que julgava e condenava hereges, mas como um verdadeiro condutor de costumes e comportamentos para a sociedade da época⁷.

A Santa Inquisição atuava em todo o território ultramarino de Portugal, incluindo as colônias, apesar de ter instalado apenas um tribunal fora da Europa (Goa, que atuou de 1560 a 1812). Os crimes cometidos na colônia brasileira foram julgados pelo tribunal de Lisboa, que funcionou de 1536 a 1821. A atuação dos bispos serviu de elo essencial entre a colônia e o Tribunal de Lisboa, pois eram responsáveis por encaminhar denúncias, investigar casos de heresia e assegurar que as diretrizes do Santo Ofício fossem cumpridas no território colonial. A primeira denúncia de ofensas cometidas na colônia foi em 1543. João Barbosa Paes denunciou Pero do Campo Tourinho, donatário de Porto Seguro, por “se dizer papa e fazer trabalhar aos domingos”⁸ Apenas em 1546 o acusado foi capturado por clérigos e cidadãos comuns e enviado a Portugal para o julgamento, onde foi absolvido ou recebeu penas leves.

⁶ Inútilmente procurou D. Manoel, rei de Portugal, introduzir a Inquisição em seus domínios, a exemplo de Isabel de Castella e Fernando de Aragão. Coube a ventura a seu filho e sucessor imediato, que de Clemente VII obteve em 17 de Dezembro de 1531 a bulla Cum ad nihil magis nomeando um inquisidor geral para o reino, e annos mais tarde viu o Santo Officio constituído de modo a desafiar a ação dos séculos pela bulla Meditatio cordis nostri de Paulo III. (ABREU, p. 1, 1922).

⁷ Assim, o Tribunal através da sua "pedagogia do medo" fazia-se cumprir em todo primeiro domingo da quaresma, nas igrejas do reino e das colônias além-mar, a leitura e afixação do edital que estabelecia os delitos sujeitos à alçada inquisitorial. (SILVA, 2013, p. 116)

⁸ Negou as acusações e alegou ser alvo de inimigos pessoais, com suspeitas de que seu próprio filho estaria envolvido na conspiração. Foi enviado sob custódia ao reino, onde foi processado pelo Santo Ofício. Não há registros de uma punição mais severa em seu processo, mas sabe-se que ele nunca mais retornou a Porto Seguro. Assim, tornou-se o primeiro habitante das Américas a ser alvo das investigações inquisitoriais.

A despeito desse caso, foi no ano de 1591 que a Inquisição chegou de forma física às terras brasileiras, com a vinda do licenciado Heitor Furtado de Mendonça à colônia. Com atribuições designadas pelo Santo Ofício, o vistorador permaneceu no Brasil colonial até o ano de 1595 e atuou nas regiões hoje conhecidas como Bahia e Pernambuco, além de uma passagem pela região onde atualmente fica a Paraíba. Nos prefácios das publicações de *Denúncias* (1925), Capistrano de Abreu oferece uma considerável biografia sobre Heitor, permitindo entender sua origem e o contexto que o trouxe até a Terra de Santa Cruz.

Na publicação *Confissões da Bahia*, são apresentadas 120 confissões recolhidas por Heitor Furtado de Mendonça em diferentes regiões da Bahia durante sua visita. Já nas *Denúncias*, há o registro de 212 denúncias, com foco quase exclusivo na cidade de Salvador. Todas essas fontes estão preservadas no arquivo da Torre do Tombo, o mais importante arquivo histórico português, e tornam-se acessíveis ao público por meio das obras analisadas neste artigo, evidenciando a importância da documentação da Inquisição no contexto colonial brasileiro.

A Inquisição portuguesa, que teve uma atuação relevante na colônia, tornou-se mais compreensível a partir desses textos, que revelam como o tribunal exercia controle sobre a vida religiosa e social. O trabalho do Santo Ofício enfrentou desafios específicos devido à diversidade cultural e religiosa que marcou o contexto local. As práticas reveladas, como rituais sincréticos, crenças populares e comportamentos divergentes das normas eclesiásticas, ressaltaram as dificuldades de impor os padrões europeus em uma sociedade marcada por múltiplas influências e resistências. Essas complexidades ampliaram o escopo da ação inquisitorial e evidenciaram as tensões inerentes à administração colonial. Nesse sentido, Laura de Mello e Souza contribui:

Diamantes e impiedades caminhavam lado a lado, emergindo abundantemente das terras coloniais, como polos opostos e complementares que se entrelaçavam. Cristãos-novos, sodomitas, hereges calvinistas, feiticeiros, magos e adivinhos só podem ser compreendidos à luz do universo colonial em que atuavam: uma realidade marcada pela complexidade do cotidiano dos colonos, cujas aspirações variavam entre as mais nobres e legítimas e as mais mediocres e mesquinhas. Os portugueses chegaram ao Brasil em um momento em que a presença de Satanás entre os homens parecia especialmente acentuada. Monstros, animais e seres diabólicos povoavam o imaginário europeu, enquanto os colonos também se mostravam imersos em práticas mágicas. No encontro entre indígenas da América, negros da África e brancos da Europa, surgiram expressões de feitiçaria e magia com características notavelmente complexas e originais.⁹

9 SOUZA, 2005, p. 153

Assim, a diversidade cultural e religiosa nas terras brasileiras gerava uma resistência natural às normas impostas pela Igreja. As práticas sincréticas, combinando elementos indígenas, africanos e europeus, eram frequentemente alvo da Inquisição, que buscava controlar essas manifestações. A tentativa de impor um modelo europeu em uma sociedade tão distinta refletia-se nas acusações e denúncias, com a Inquisição se tornando uma ferramenta de repressão para lidar com a complexidade das crenças e comportamentos locais.

4. O processo de edição de Capistrano de Abreu

Capistrano de Abreu nunca esteve na Europa para acessar pessoalmente as fontes do arquivo da Torre do Tombo. Usava a idade como justificativa para não viajar a Portugal, além do problema no fígado e a “ignorância.”¹⁰ Seu círculo social repleto de intelectuais foi então o que tornou possível a publicação de *Confissões e Denúncias*. Mas todo o processo de edição e publicação das obras foi precedido pela descoberta das fontes que seriam publicadas. Como Capistrano, tão longe da Europa, soube da existência de tais documentos? Seguramente o seu trabalho na Biblioteca Nacional, de 1879 a 1883, foi o antecedente ideal para que a publicação fosse possível. Seu contato com documentos da Biblioteca fez com que o historiador se aproximasse pouco a pouco das fontes do Santo Ofício na Bahia.

A temática da Inquisição não era inédita entre os historiadores da década de 1920, tendo sido publicadas ainda em 1843 por Varnhagen listas de condenados pela Inquisição de Lisboa entre 1711 e 1746, que contêm nomes de brasileiros ou colonos estabelecidos no Brasil¹¹. Dois anos depois, foi publicado em Portugal, por António Joaquim Moreira, o quarto tomo da *História de Portugal: a História dos principais atos e procedimentos da Inquisição em Portugal*, que continha edições dos autos de fé ocorridos na colônia brasileira. O contato de Capistrano com os documentos inquisitoriais está baseado no seu trabalho com as coleções “Da Biblioteca de Eduardo Prado”, do Instituto Histórico e Geográfico, que contêm a lista de pessoas julgadas pela Inquisição, e listas e sermões de autos de fé colecionados por Diogo Barbosa Machado, que estavam sob guarda da Biblioteca Nacional. Contudo, foi a partir de uma publicação do

¹⁰ Paulo Prado conta, após a morte do historiador, que, ao convidá-lo “uma vez para ir à Europa, respondeu-me com o seu ar de ‘bourru’: não gosto de taperas... cinco minutos depois dizia que não poderia esconder sua nacionalidade, porque sofria do fígado e era ignorante.” (Ibid, p. 181)

¹¹ MATTOS, 2020.

historiador português António Baião¹² na *Revista de História*¹³ que Capistrano se aprofundou na atuação do Santo Ofício no Brasil colonial, inteirando-se da existência dos livros das visitas.

A partir dessa descoberta, o historiador passou a articular o processo de pesquisa para a publicação das fontes, que se baseou em uma rede de intermediários, desde colegas historiadores a copistas dos arquivos, e uma espécie de mecenas, Paulo Prado, que patrocinou sua empreitada¹⁴. Queixando-se sempre dos copistas e deixando evidente sua desconfiança no trabalho deles, Capistrano desenvolveu um sistema próprio de cópias e o despacho delas de Lisboa ao Rio de Janeiro, que pode ser compreendido principalmente a partir de sua correspondência. Em carta escrita a João Lúcio de Azevedo¹⁵, o cearense faz o pedido das cópias dos cadernos desejados.

Desde este contato embrionário com Azevedo até a definitiva publicação de *Confissões*, em 1922, o percurso foi repleto de desafios e imprevistos que tornaram o processo mais longo e complexo do que Capistrano de Abreu esperava. O trabalho de transcrição, realizado à distância, foi prejudicado por constantes atrasos, interrupções em decorrência de outras demandas na Torre do Tombo e dificuldades de comunicação entre os copistas e os intermediários, que frequentemente precisavam de instruções detalhadas de Capistrano, o que deixava o historiador bastante impaciente, como é possível observar claramente nas correspondências. A situação financeira também representou grande obstáculo, pois o processo todo era bastante dispendioso. Nesse contexto, a entrada de Paulo Prado como patrocinador foi crucial para que o projeto pudesse continuar.

Sobrinho de um falecido amigo de Capistrano, Paulo Prado foi leitor de *Capítulos de história colonial*, o que o fez desenvolver o gosto pela temática. Em abril de 1918, o historiador propõe a Prado uma coleção de história brasileira que levasse o nome de seu tio. Assim nasce a

12 António Baião (1878-1961) foi um historiador e arquivista português. Ocupou o cargo de diretor da Torre do Tombo de 1910 a 1949, período em que Capistrano trabalhava nas publicações. Publicou centenas de artigos sobre a História de Portugal, com ênfase na historiografia da Inquisição em Portugal e em seus domínios coloniais.

13 BAIÃO, António – A Inquisição no Brazil. Extractos d'alguns Livros de Denuncias. *Revista de Historia*. (1912) 188-196. apud MATTOS, 2021, p. 180

14 Assim, os copistas da Torre do Tombo ficaram sob o comando de João Lúcio de Azevedo, conferência e revisão de António Baião e as ordens de Capistrano de Abreu. Pagou a conta das cópias o empresário Paulo Prado. (Ibid p. 185).

15 João Lúcio de Azevedo (1855–1933) foi um historiador português que, ainda jovem, mudou-se para o Brasil e trabalhou em uma importante livraria em Belém do Pará. Nesse período, publicou seu primeiro livro, *Estudos de História Paraense*, que deu início à sua trajetória como historiador, com ênfase na história de Portugal e sua influência nas colônias.

Série Eduardo Prado - para melhor se conhecer o Brasil, que além das obras *Confissões* (1922) e *Denúncias* (1925) foi composta por outros livros, como a *História da missão dos padres capuchinhos, de Claude d'Abbeville*, tirada pelo diplomata Graça Aranha (1868-1931) e impressa em Paris.¹⁶ A relação de mecenato existente entre os dois foi exclusivamente para que a publicação pudesse de fato ser realizada. Em meio às trocas de cartas entre os três principais envolvidos no processo (Capistrano, Azevedo e Prado), há inúmeros recibos e prestações de conta que demonstram que não houve nenhum valor usado para outro fim que não as cópias.

Apesar de todos os desafios enfrentados por Capistrano de Abreu, as publicações de *Confissões* e *Denúncias* aconteceram respectivamente em 1922 e 1925, trazendo ao público informações inéditas sobre a atuação da Inquisição no Brasil colonial. Foram impressos 250 exemplares de *Confissões* e nenhum deles foi vendido. Paulo Prado, financiador da publicação, recebeu 200 das cópias para distribuir a instituições importantes e intelectuais, entre os quais pode-se citar a livraria Maggs Bros, importante antiquário de livros de Londres. As 50 cópias que ficaram com Capistrano foram distribuídas aos colegas e amigos que faziam parte de seu círculo de correspondências.

O objetivo de Capistrano de Abreu, enquanto editor, era precisamente tornar acessíveis e visíveis documentos que estavam à margem do conhecimento público. Ele buscava trazer à tona textos e fontes históricas que, por serem raros ou esquecidos, permaneciam ocultos nas sombras do passado¹⁷. Evidentemente, considerando o contexto do início do século XX, em que apenas um quarto da população brasileira era alfabetizada e poucas pessoas tinham acesso ou até mesmo interesse nesse tipo de leitura, a circulação das obras ficou restrita ao círculo intelectual da época. É provável que, à época da publicação dos livros, os leitores tenham sido aqueles mesmos intelectuais com quem Capistrano trocava correspondências e que fizeram parte do processo de publicação, direta ou indiretamente.

¹⁶ MATTOS, 2021, p. 187.

¹⁷ Capistrano de Abreu acreditava que a evolução da historiografia brasileira estaria relacionada a um empreendimento de rastreamento, coleta e crítica do maior número de documentos relativos ao período colonial brasileiro, o qual eliminaria as lacunas referentes à história brasileira existentes na produção historiográfica da época (SILVA, 2016, p. 171)

5. Os prefácios de Capistrano de Abreu

Os prefácios de Capistrano de Abreu para *Confissões e Denúncias* constituem material historiográfico valioso para entender as dinâmicas e as complexidades da sociedade do primeiro século de colonização no Brasil. Em sua escrita, ele explora uma multiplicidade de temas, desde a organização dos documentos no arquivo e como foi o processo de tomar conhecimento deles, até a biografia do inquisidor, a cronologia, a organização da sociedade baiana colonial e a ação da Santa Inquisição na colônia. Sua abordagem também destaca como a obra poderia servir de fonte, ressaltando elementos de geografia e etnografia presentes nos registros.

Capistrano dialoga com outros autores, documentos e perspectivas historiográficas, ampliando a interpretação dos registros inquisitoriais. Essa abordagem denota sua preocupação em conectar os relatos a um panorama mais abrangente, transcendendo a análise isolada dos documentos e conectando-os à historiografia da época. No início do século XX, os historiadores brasileiros buscavam reconstruir a história nacional com base em fontes primárias, um movimento ao qual Capistrano de Abreu também se alinhava em seus escritos.¹⁸ Nesse período, a historiografia da recente república estava profundamente marcada pela busca de uma identidade nacional e pelo esforço de sistematizar o passado do país com base em fontes documentais. Foi um momento influenciado por correntes positivistas e cientificistas, que valorizavam o rigor metodológico e a utilização de arquivos históricos como fundamento para a construção de narrativas sobre a formação do Brasil. Historiadores como Varnhagen, por exemplo, consolidaram a prática de interpretar o passado a partir de uma perspectiva que destacava a centralidade da colonização portuguesa e seus impactos institucionais.

Paralelamente, emergiam iniciativas voltadas para ampliar o acesso a documentos históricos, como os trabalhos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e outras instituições, que contribuíram para o fortalecimento de uma historiografia baseada em fontes primárias. Nesse sentido, havia um esforço coletivo para alinhar a história brasileira aos modelos europeus de produção do conhecimento histórico, ao mesmo tempo em que se buscava

¹⁸ Na busca de dar luz a esses livros velhos e papéis amarelados pelo tempo, Capistrano mergulhava no passado do Brasil e empenhava-se em propagá-lo aos brasileiros ou, como ele mesmo afirmava, "tirar da obscuridade imensa que o embuça". Por isso, dedicou-se ao trabalho de publicar edições raras, obras desaparecidas e antigos manuscritos, descobrir e divulgar documentos. (BATISTA, 2008, p. 89)

compreender as especificidades culturais, sociais e econômicas do Brasil, muitas vezes sob o prisma de uma narrativa que reforçava o papel das elites intelectuais na construção da nação.

Para compor seus textos, Capistrano recorreu a um amplo repertório documental e bibliográfico, que incluía obras clássicas desses que constituíram o panorama da história nacional daquele período, como a *História geral do Brasil* de Varnhagen, escritos de Anchieta, Nóbrega, Gândavo, Gabriel Soares e Frei Vicente do Salvador, bem como publicações periódicas como os *Annaes da Bibliotheca Nacional* e a *Revista do Instituto Histórico*. Utilizava também referências de historiadores e fontes estrangeiras, como *Mediaeval Heresy & the Inquisition*, de Turberville, e a *Historia dos Cristãos Novos Portuguezes*, do amigo João Lúcio de Azevedo. Essa articulação entre diferentes fontes reforça sua habilidade em construir uma narrativa rica e fundamentada, alinhando-se ao esforço historiográfico de seu tempo de reconstruir a história brasileira com rigor documental. Outra bibliografia internacional que aparece no prefácio do segundo volume é a de Margaret Murray, para falar das “bruxas” do Brasil Colonial e as diferenciar das europeias investigadas pela historiadora britânica.

5.1 Os Prefácios: Definição e Função

Para a análise devidamente aprofundada da estrutura, temas centrais e escolhas feitas pelo editor nos textos aqui analisados, é interessante deter-se um momento a entender o que são prefácios e qual sua funcionalidade nas obras. Na definição do dicionário Michaelis, prefácios são: “palavras de esclarecimento, justificação ou apresentação, que precedem o texto de uma obra literária, do próprio autor, do editor ou de outra pessoa de reconhecida competência e autoridade”¹⁹. Esse sentido aponta um dos propósitos possíveis desse gênero textual, que pode ser entendido também em maior profundidade, conforme Herlander Cruz: “(...) nada disto se trata de abrir uma porta; é, antes, um olhar primeiro por entre frestas, sendo certo, contudo, a certeza da existência de um universo de trabalho vasto e merecedor de uma atenção mais prolongada.”²⁰

19 MICHAELIS. *Dicionário brasileiro da língua portuguesa*. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/pref%C3%A1cio/>. Acesso em: 28 out. 2024.

20 CRUZ, 2010, p. 6

O pesquisador Cléber dos Santos Vieira²¹ chama a atenção para o caráter de documento dos prefácios e sua proximidade com a história, uma característica que se reflete nos textos introdutórios de Capistrano de Abreu. O trabalho do autor nos prefácios da *Primeira Visitação* alinha-se às duas últimas definições, evidenciando o profundo conhecimento do editor sobre o tema, o arquivo, os documentos e o Brasil Colonial, elementos que permeiam sua escrita. Os prefácios podem muitas vezes também revelar a relação de proximidade entre o prefaciador e o escritor original das obras. No caso aqui analisado, a proximidade entre o escritor dos prefácios e o “autor”²² dos textos publicados não existia, obviamente, considerados os três séculos que os separaram. No entanto, é possível concebê-lo como uma extensão da própria obra. Assim, Heitor Furtado de Mendonça não deve ser entendido apenas como uma individualidade, mas sim no contexto das *Confissões e Denúncias* que ele coletou. Dessa forma, a relação de proximidade pode também ser um ponto de análise. A partir dos prefácios é possível comprovar o profundo conhecimento que o historiador detinha em relação aos documentos tratados.

Dado esse panorama, é fundamental atentar para as diferenças que existem entre *Confissões e Denúncias*. Publicadas em momentos distintos, cada obra apresenta uma abertura específica. Embora os dois prefácios tenham a intenção de dar ao leitor alguma orientação para a leitura, o primeiro se mostra bastante confuso, misturando assuntos variados e citando uma série de casos de delitos religiosos que não necessariamente se relacionam com a primeira visitação. Além disso, Capistrano faz promessas em relação à próxima publicação, deixando lacunas na primeira que seriam preenchidas na segunda. Em contrapartida, o prefácio da segunda obra oferece um panorama mais amplo da sociedade colonial do fim do século XVI, com foco especial na sociedade baiana e sua administração. Nesse prefácio também encontramos a biografia do inquisidor e índices alfabéticos dos nomes citados, proporcionando uma leitura

21 VIERA, 2008, p. 4

22 Não é possível atribuir um autor propriamente dito aos textos de *Confissões e Denúncias*, já que são fontes resultantes de coleta de depoimento oral. Quem de fato as escreveu foi o notário Manoel Francisco, mas o mais habitual é considerar-se o inquisidor, Heitor Furtado de Mendonça, quando se pensa na responsabilidade da obra. Conforme Santos, as *Confissões e as Denúncias* não têm, evidentemente, autor, no sentido de que frei Vicente é o autor da *História do Brasil*, por exemplo. Ainda assim, Capistrano julgou de relevo biografar o visitador que colheu os depoimentos, como fizera com os outros “autores” (...) (SANTOS, 2010, p. 431).

mais estruturada e melhor entendimento do contexto específico da Inquisição em que a visitação de Heitor Furtado de Mendonça se insere.

5.2 Prefácios em comparação: Confissões e Denúncias

É relevante fazer um inventário dos temas tratados em cada um dos prefácios. Como dito, o prefácio da obra *Confissões da Bahia* dá conta muito mais de questões contextuais e abrangentes do que propriamente do conteúdo apresentado no livro. Pedro Afonso Cristóvão dos Santos²³ propõe uma divisão em cinco partes: 1) Introdução à história da Inquisição em Portugal e na colônia; 2) Como se desenvolveu a Inquisição no Brasil, da primeira visitação até o século XIX; 3) A visitação; 4) O uso do documento focando em aspectos históricos e geográficos; 5) A edição da obra e quem esteve envolvido no processo.²⁴ Nesse prefácio são feitas também algumas promessas para a próxima publicação, como notas de esclarecimento do texto e índice alfabético com os nomes das pessoas citadas nos depoimentos ao Tribunal. O índice foi de fato colocado na publicação seguinte, mas as notas prometidas ficaram de fora desta, assim como da primeira. Conforme Mattos, a edição dessa publicação foi para Capistrano muito mais demorada e penosa do que imaginava, em face da dificuldade na obtenção de informações mínimas sobre a visitação retratada, além da lentidão no acesso às cópias²⁵, e atribui a isso a opção do autor por colocar nos prefácios assuntos diversos, que, apesar de estarem dentro da temática da Inquisição, fogem da especificidade do conteúdo da obra publicada.

Já no prefácio de *Denúncias*, Capistrano adota uma abordagem mais coesa, tratando de temas mais delimitados e relacionados de fato com a visitação retratada. Entre eles, destacam-se 5 pontos centrais: 1) Heitor Furtado: o editor faz uma biografia bastante detalhada do visitador, desde sua origem familiar até a chegada ao Brasil e a cronologia da visitação; 2) Documentos da Torre do Tombo: novamente Capistrano demonstra seu conhecimento das fontes e de sua organização no arquivo português, oferecendo ao leitor um panorama sobre o acesso às informações da Visitação do Santo Ofício ao Brasil; 3) A administração local: como era o

23 SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos. Um "distinto bibliógrafo e bibliófilo": Capistrano de Abreu editor de documentos históricos. *História* (São Paulo), vol. 29, n. 1, 2010, p. 418-441. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, Brasil

24 Ibid, p. 434.

25 Todavia, para Capistrano – é preciso salientar – a edição foi por demais penosa.(...) Entre as queixas mais constantes a quem melhor acompanhou esta edição, João Lúcio de Azevedo, estavam a falta de informações sobre aspectos mínimos da visitação e do visitador, a lentidão tanto do acesso às cópias quanto aos impressos para conferência. (MATTOS, 2021, p. 194).

funcionamento administrativo da colônia, especialmente da Bahia e da cidade de Salvador, que poderia ser considerada uma espécie de centro colonial; 4) Sociedade: como as pessoas da colônia se comportavam, com ênfase na vida das mulheres e do perfil da cidade; 5) Casos inquisitoriais: Capistrano fecha o prefácio citando alguns dos casos inquisitoriais que o livro abordará. O historiador também usa a nova publicação para corrigir alguns erros que cometeu na primeira, como algumas datas escritas erroneamente, e para adicionar algumas informações faltantes no volume anterior.²⁶

Nota-se que há diferenças significativas em cada um dos prefácios, assim como semelhanças e repetições, indicando que o autor manteve os objetivos e a estrutura ao escrever cada um deles, apenas seguindo caminhos diferentes em sua escrita. Seu objetivo como editor é refletido em seus prefácios, ou seja, tornar os textos históricos mais acessíveis a um público mais amplo. Nesse sentido, mesmo o prefácio do primeiro livro, que como dito se mostra em um primeiro momento confuso e repleto de informações deslocadas do foco principal, cumpre esse papel ao construir uma fundamentação inicial pautada no tema da Inquisição e da colônia. A confusão no prefácio do primeiro livro de Capistrano de Abreu se dá, principalmente, pela forma como ele apresenta uma grande quantidade de informações que nem sempre estão diretamente relacionadas ao foco principal do texto.

A narrativa parece dispersa, com dados e observações que, em alguns momentos, desviam do tema central da Inquisição e da colônia. Essa estrutura pode dificultar a compreensão imediata para o leitor, especialmente porque o texto não segue uma linha argumentativa totalmente linear ou organizada em torno de um ponto central. Além disso, a inclusão de informações históricas amplas, embora valiosas, pode dar a impressão de que o autor se perde entre o contexto geral e o tema específico, tornando o prefácio denso e menos direto. Apesar disso, essa abordagem não é meramente acidental; ela reflete o esforço de Capistrano em situar o leitor no panorama mais amplo do período colonial. Assim, mesmo que a organização do texto pareça inicialmente desordenada, a intenção subjacente é construir uma base interpretativa que contribua para a compreensão mais profunda dos eventos históricos tratados.

26 26 de março de 1591 – Nomeação do licenciado Heitor Furtado de Mendonça (no volume anterior saiu por engano 2 de março). (ABREU, 1922, p. 7); Não têm razão de ser as dúvidas, expostas in introdução da primeira parte, sobre a identidade de Heitor Antunes, mercador e o senhor de engenho em Matoim. O engenho, mencionado por Gabriel Soares, passou ao filho Jorge Antunes e por morte dessa a sua viuva Joana de Sá Betancur, que em segundas núpcias esposou Sebastião Carvalho, letrado jurista. (Ibid, p. 17)

Essa democratização, no entanto, dificilmente ultrapassa os círculos letrados e acadêmicos, ou seja, apesar de atingir públicos maiores do que aqueles que pesquisam diretamente nos arquivos, os leitores em sua maioria já são estudiosos do tema. Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que quem chega até a publicação de *Confissões* já vem com um referencial teórico sobre a colônia e a Inquisição, o que faz com que muitos dos temas ali tratados não sejam uma novidade completa. Assim, as informações presentes, mesmo que não tão claras e relacionadas à Primeira Visitação propriamente dita, direcionam de maneira eficiente a leitura das fontes ali colocadas.

Ao iniciar com o histórico da Inquisição portuguesa, Capistrano oferece um panorama da atuação do Santo Ofício, destacando as dificuldades enfrentadas desde o início e a probabilidade de que esses desafios se repetissem ao chegar às terras coloniais. Ele insere a primeira visitação dentro de um contexto mais amplo, mostrando sua continuidade ao longo do tempo e ligando-a aos desenvolvimentos subsequentes até o século XIX. Capistrano também aponta as diferenças entre a Inquisição na colônia e na metrópole, enfatizando as adaptações necessárias devido às particularidades sociais, políticas e culturais locais. Dessa forma, ao abordar casos fora da primeira visitação, ele evidencia como o Santo Ofício já atuava na colônia, refletindo o controle e a influência da Igreja e da Coroa, mesmo nos períodos em que o Tribunal não estava fisicamente presente.

Ao mesmo tempo, a pressa em publicar o já atrasado volume fez com que o editor cometesse alguns erros. É o caso da inclusão do monitório²⁷ de dom Diogo da Silva, inquisidor geral do Santo Ofício, como fundamentação das ações do inquisidor nos julgamentos inquisitoriais. Ronaldo Vainfas, ao editar uma nova publicação de *Confissões* em 1997, conclui que não é possível, a partir da análise dos delitos cometidos, aplicar essas ordens aos casos da visitação no Brasil colonial²⁸. Alguns outros erros cometidos foram corrigidos no volume de *Denúncias*, e outras promessas, como adicionar notas explicativas, que segundo o próprio Capistrano seriam muito necessárias ao esclarecimento do texto, não foram cumpridas. Apesar disso, o segundo prefácio em muitos aspectos cumpre a função, para além de ser a apresentação do novo volume, de complemento do primeiro, correção de seus erros e reforço dos acertos.

27 Monitório era uma lista de atos considerados delituosos pelo Santo Ofício, que deveriam ser denunciados ao tribunal. Essa relação de comportamentos passíveis de acusação servia como um aviso à comunidade sobre o que era considerado um crime pela Igreja.

28 VAINFAS, 1997 apud MATTOS, 2021, p. 195

Nessa direção, o prefácio da obra de 1925 demonstra uma evolução significativa em relação ao de 1922, apresentando uma elaboração mais meticulosa e planejada, com construção clara e objetiva. A escolha de Capistrano de Abreu de iniciar o volume com uma biografia detalhada de Heitor Furtado de Mendonça, inquisidor responsável pela Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil (1591-1595), reflete seu profundo comprometimento com a pesquisa histórica. À primeira vista, essa abordagem pode parecer um desvio desnecessário, mas, na realidade, ela demonstra a intenção do autor de fornecer um panorama completo e bem fundamentado sobre a figura central do Tribunal e suas implicações na história.

Pouco se sabe sobre o passado de Heitor Furtado de Mendonça antes da visitação. As principais informações disponíveis na historiografia derivam de dois documentos: a comissão assinada pelo cardeal arquiduque Alberto, inquisidor-geral, que o nomeia visitador e deputado inquisitorial, e o processo de habilitação para ingresso nos quadros do Tribunal, finalizado apenas após a visitação. Esses documentos indicam que, embora visto pela Inquisição como um homem culto e de boa reputação, ele não possuía experiência formal no Santo Ofício antes de assumir o cargo de visitador, tampouco os títulos frequentemente atribuídos pela historiografia, como o de capelão fidalgo ou desembargador. Ao destacar a trajetória de Heitor Furtado, Capistrano de Abreu busca oferecer ao leitor uma compreensão mais ampla e bem fundamentada da atuação do inquisidor e das dinâmicas do Santo Ofício.

Comparando os dois prefácios, o de 1925 se destaca como uma obra mais madura e metulosamente elaborada, evidenciando maior clareza e profundidade analítica. Enquanto o primeiro prefácio apresenta certa limitação em seu escopo, o segundo avança ao abordar não apenas a figura de Heitor Furtado de Mendonça, mas também as complexidades da sociedade colonial de maneira mais abrangente. Essa abordagem torna o segundo prefácio uma fonte mais rica e completa para analisar o contexto social Brasil colonial, consolidando sua relevância para a historiografia sobre o período.

5.3 A Sociedade Colonial e a Bahia nos Prefácios de Capistrano de Abreu

Em 1591, a capitania da Bahia apresentava-se como uma espécie de centro colonial, concentrando atividades administrativas e econômicas. Salvador, sede do governo-geral, desempenhava papel central na gestão do território, enquanto a capitania, com cerca de quarenta engenhos, consolidava-se como um dos maiores polos de produção açucareira, essencial para a

economia nos primeiros tempos da colonização. A cidade, com pouco mais de três mil habitantes, refletia o estágio inicial de formação da sociedade colonial. Conforme Schwartz:

Foi uma sociedade com múltiplas hierarquias de honra e apreço, várias categorias de mão-de-obra, complexas divisões de cor e diversas formas de mobilidade e mudança. No entanto, também foi uma sociedade com forte tendência a reduzir as complexidades a dualismos contrastantes — senhor/escravo, fidalgo/plebeu, católico/pagão — e a conciliar as múltiplas hierarquias entre si, de modo que a graduação, a classe, a cor e a condição social de cada indivíduo tendessem a se convergir.²⁹

Nesse cenário, a chegada do Visitador Inquisitorial, Heitor Furtado de Mendonça, acompanhado pelo governador-geral, Dom Francisco de Souza, e outras autoridades, a presença física do Santo Ofício na colônia. No entanto, a atuação inquisitorial já havia se manifestado em ocasiões anteriores à chegada do tribunal na colônia. É emblemático que a primeira denúncia ocorrida na colônia tenha sido envolvendo o capitão donatário de Porto Seguro, Pero do Campo Tourinho³⁰. Comportamentos e situações que desafiavam normas e expectativas da metrópole, vindos das próprias autoridades locais, apontam para as peculiaridades do Brasil colonial, que se configurava como um espaço distante da vigilância direta da Igreja e da Coroa, e, nesse sentido, suscetível a práticas que desafiavam as estruturas formais de poder e moralidade impostas pela metrópole.

Schwartz observa que a flexibilidade religiosa no Império Português, refletida nas interações entre colonos, indígenas, africanos e judeus, criava um ambiente propício para a coexistência de diversas crenças, permitindo a emergência de práticas religiosas que muitas vezes escapavam à fiscalização oficial³¹. Essas circunstâncias não apenas revelam a complexidade das relações locais, mas também ilustram como o distanciamento geográfico permitia a emergência de dinâmicas sociais únicas, marcadas pela autonomia e pelos conflitos internos entre os próprios agentes coloniais. Laura de Mello e Souza, em diálogo com outros

29 SCHWARTZ, 1988, p. 209

30 E, como elemento incitador de mais conflitos, o donatário era pródigo em fazer inimizadas com os principais daquela sociedade incipiente. Além das blasfêmias proferidas a todo momento, segundo as acusações, não guardava os domingos e dias santos, obrigando todos a trabalhar. Além disso, não tinha problemas em descompor qualquer um, não respeitando hierarquias e primazias sociais. (PITANGA, Fernando. Conjuração de colonos e franciscanos contra o capitão-donatário de Porto Seguro, Pero do Campo Tourinho. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/impresoesrebelde/revolta/787/>. Acesso em: 26 nov. 2024.)

31 Stuart B. Schwartz. Cada um na sua lei: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

historiadores do século XX, em especial Gilberto Freyre, aponta para as especificidades da religiosidade brasileira colonial no sentido de:

A originalidade da cristandade brasileira residiria, portanto, na mestiçagem, na excentricidade em relação a Roma e no eterno conflito representado pelo fato de, sendo expressão do sistema colonial, ter que engolir a escravidão: uma cristandade marcada pelo estigma da não-fraternidade.³²

Outros casos emblemáticos que Capistrano de Abreu aborda nos prefácios também dialogam com a complexidade da sociedade colonial, principalmente no aspecto religioso. É o caso das Santidades, movimentos religiosos sincréticos que emergiram entre os indígenas no Brasil colonial, mesclando práticas católicas e tradições nativas. Talvez a mais notável tenha sido a Santidade de Jaguaripe, que alcançou seu auge alguns anos antes da chegada do Tribunal do Santo Ofício à colônia e figura com destaque nas denúncias reunidas na publicação de 1925. Apesar de ter sido muito mencionada na segunda publicação, Capistrano trata da Santidade de Jaguaripe já no prefácio da primeira, em que cita algumas das pessoas que confessaram participar do culto sincrético.

A partir da citação de algumas das falas dessas confissões já no prefácio da obra, é possível notar a complexidade que teve esse movimento de resistência cultural. Gonçalo Fernandes, por exemplo, em seu depoimento mostra que mesmo participando da Santidade, não deixou de acreditar em Deus, em Jesus Cristo e no Espírito Santo³³. Nesse mesmo sentido segue a confissão de Margarida da Costa, esposa de Fernão Cabral de Taíde, senhor de engenho que cooptou a Santidade para dentro de suas terras, e, mesmo admitindo a participação no culto, não nega sua fé católica:

(...) confessa, infra 101, que durante os dois meses de assistência da santidade em sua fazenda de Jaguaripe "tinha para si e dizia que não podia ser aquillo demonio sinão alguma causa santa de Deus, pois traziam cruces de que o demonio foge e pois faziam grandes reverencias ás cruces e traziam contas e nomeavam Santa Maria."³⁴

A historiografia atual tem se dedicado consideravelmente ao estudo da Santidade de Jaguaripe. Um dos principais problemas propostos por essas pesquisas reside nos motivos que

32 SOUZA, 2005, p. 88)

33 ABREU, 1922, p. 26

34 Ibid.

levaram Fernão Taíde a trazer a Santidade para dentro de seu engenho. Seu principal argumento era que, ao tê-la em seus territórios, poderia controlá-la mais facilmente, garantindo maior segurança para a comunidade colonial em geral. Contudo, isso não aconteceu. Fernão nunca buscou suprimir ou destruir a Santidade, pelo contrário, ao protegê-la possibilitou seu crescimento, o que gerou maiores problemas para a coroa, como fugas e revoltas indígenas³⁵. A partir da análise de Vainfas (1995), é possível observar essa questão:

No entanto, os acontecimentos posteriores desmentiram o argumento militar de nossa personagem. Fernão Cabral jamais destruiu a santidade e, pelo contrário, protegeu-a em suas terras durante meses. Não demorou para que o próprio Teles Barreto percebesse o logro do ânimo belicoso de Fernão Cabral e fosse novamente pressionado a tomar providências. Também a população da Bahia, homens bons ou gente rústica, logo perceberia que Fernão Cabral tinha outras intenções com a santidade, e não a sua destruição. Não seria o Santo Ofício a crer, enfim, na sua fantástica intenção bélica contra uma santidade indígena que ele jamais ofendeu. A indagação inicial continua de pé: por que Fernão Cabral atraiu e protegeu a santidade?³⁶

A resposta encontrada pelo autor para esse questionamento vem também de depoimentos da época. Possivelmente Taíde incorporou a Santidade ao seu território como uma forma de obter maior força de trabalho para sua plantação:

Fernão Cabral a atraía, ao que muitos diziam, "para adquirir mais negros brasis", "em interesse de seu proveito temporal", "para enganar os ditos brasis em proveito próprio", para atrair cativos de outrem e forros dos jesuítas. Jamais para destruí-la, como disse ao governador e ao visitador, e muito menos por acreditar no culto dos índios - gente que Fernão humilhava, desprezava, supliciava e perseguia.³⁷

A grande concentração de trabalhadores nas propriedades de Fernão Taíde lhe dava uma vantagem sobre outros senhores de engenho, que enfrentavam prejuízos devido à escassez de mão de obra. Em resposta a isso, o governador da época enviou uma expedição com a missão de erradicar o grupo religioso e devolver os seguidores fugitivos aos seus senhores. A Santidade desafiou as bases do sistema colonial, impactando tanto os esforços de evangelização quanto as

³⁵ Numerosos brasis abandonavam suas habitações, cometendo tropelias, queimando propriedades, matando cristãos, na ânsia de alcançarem os domínios da santidade. (...) Na fazenda de Álvaro Rodrigues, em Cachoeira, segundo Pero de Moura, os negros da terra praticavam à maneira dos adoradores da santidade, em Paripe, ocultamente, índios forros e cativos, bem como mamelucos da zona, cultuavam a famosa abusão. (CALASANS, 2011, p. 29)

³⁶ VAINFAS, 1995, p. 84

³⁷ Ibid, p. 94.

estruturas de colonização³⁸. Mesmo após sua supressão em Jaguaripe, os ecos de sua influência persistiram. Como é possível ver a partir da publicação de Capistrano, durante a Primeira Visitação às partes da Bahia, o visitador do Santo Ofício impressionou-se com a amplitude do culto e a adesão de fiéis católicos. Esse cenário levou muitos seguidores ao enfrentamento processos inquisitoriais, nos quais confessavam suas práticas e delatavam outros envolvidos no movimento.

Ainda segundo Vainfas, a visitação de Furtado de Mendonça registrou pelo menos setenta denúncias e vinte e quatro confissões relacionadas à Santidade de Jaguaripe. A grande quantidade de fontes sobre esse culto, de acordo com o autor, o converte no mais conhecido pela historiografia. No entanto, são apontadas também as limitações dessas fontes, destacando a dificuldade em avaliar a veracidade e a proximidade com a realidade dos depoimentos. Quando o Santo Ofício chegou, muitos dos indígenas responsáveis pela instalação da Santidade no engenho de Taíde já não faziam parte dela, deixando lacunas sobre seu funcionamento real. Além disso, grande parte dos relatos vinham de pessoas que sequer participaram dos rituais, sendo, portanto, especulações e boatos.

Ao longo dos séculos, a luta contra as práticas heréticas acompanhou as transformações culturais e religiosas no Brasil colonial. As influências das religiões indígenas, africanas e judaizantes moldaram uma religiosidade marcada pelo hibridismo, onde a interação entre diferentes culturas criou um ambiente diversificado e multicultural. Nesse contexto, Capistrano de Abreu, ao incluir relatos sobre a Santidade de Jaguaripe em seus prefácios, embora sem as reflexões aprofundadas que a historiografia posterior desenvolveu, destacou a complexidade da sociedade colonial. A fusão de crenças, favorecida pela flexibilidade religiosa dos colonos e pela tolerância relativa do mundo atlântico ibérico³⁹, permitiu que práticas heterodoxas fossem assimiladas. Assim, a religiosidade na América portuguesa refletia as dinâmicas sociais e culturais de uma sociedade em constante transformação, reforçando a importância de compreender as práticas e representações religiosas para o estudo do período. Conforme Jamile Cardoso:

38 Cardoso, Jamille Oliveira Santos Bastos. **Ecoss de liberdade: a Santidade de Jaguaripe entre os alcances e limites da colonização cristã (1580-1595)**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2015.

39 SCHWARTZ, op. cit.

O padre Manuel da Nóbrega foi o primeiro a descrever, em suas cartas, a condição religiosa em que se encontrava a Colônia, a qual era marcada por escassez de elementos ritualísticos e sacramentais. Assim, o estado espiritual dos moradores da colônia é caracterizado nos escritos do inaciano pela precariedade e falta de comprometimento com os dogmas católicos. Em diversas cartas Nóbrega salienta que os cristãos no Brasil eram extremamente dados ao “pecado”, sendo influenciados com muita facilidade pelos costumes “gentílicos”, tornando-se um mau exemplo do cristianismo.⁴⁰

Em relação às abordagens diretas que Capistrano traz sobre a sociedade colonial baiana, como referido, o prefácio de 1925 é o mais significativo para essa análise. Através de aspectos cotidianos, como a administração da cidade, o comércio, ou até mesmo os olhares sobre as mulheres acusadas de bruxaria e as peculiaridades das casas coloniais, ele nos oferece um retrato da sociedade quinhentista da Bahia. Seus apontamentos seguem revelando uma sociedade em que se misturam influências culturais e sociais, que criam um ambiente de convivência marcado por tensões, adaptações e, acima de tudo, uma grande complexidade. Revela-se um espaço desafiador, que exigia uma organização minimamente funcional, ao mesmo tempo em que inevitavelmente abria espaço para comportamentos que se distanciavam das imposições metropolitanas.

Segundo o próprio prefaciador, “a atmosfera da cidade pedia bruxas de verdade⁴¹”, ou seja, o contexto social e cultural da época criava um ambiente em que figuras controversas, como as mulheres consideradas bruxas, se tornavam quase inevitáveis, como parte de um cenário de intensas tensões e conflitos morais. Assim ele descreve a vida feminina na colônia, onde se encontravam entre as mulheres aquelas que desempenhavam funções tradicionais, como costureiras e bordadeiras, e outras consideradas feiticeiras. Ainda sobre as mulheres, Capistrano interpreta que elas certamente pouco valiam naquela sociedade marcada pela mestiçagem e má conduta. Embora o autor não se aprofunde nas complexidades da vida feminina na colônia, seus apontamentos oferecem uma visão sobre a posição marginalizada das mulheres nesse contexto, especialmente as que eram rotuladas como bruxas.

Em sua análise, Capistrano destaca as mulheres como figuras frequentemente associadas a práticas moralmente questionáveis, refletindo a visão da época de que seu valor era limitado, em grande parte, ao cumprimento de funções tradicionais dentro da sociedade patriarcal. A historiografia contemporânea, ao explorar essas questões, tem contribuído para uma análise mais

40 CARDOSO, 2015, p. 54

41 Ibid p. 10

detalhada, resgatando a complexidade das vivências femininas e suas formas de resistência dentro de um sistema de controle que, embora excludente, também proporcionava espaços de agência. Através dessa perspectiva, é possível ampliar a compreensão de como as mulheres, mesmo marginalizadas, se inseriam nas dinâmicas sociais e religiosas coloniais.

A frase de Capistrano citada anteriormente, diz respeito à comparação entre as “bruxas” europeias e as da colônia, a partir da descrição de Margaret Murray⁴², que o próprio autor utiliza, e que tinham como centralidade os clãs e sabás (encontros) para praticar os “feitiços”. Conforme Caroline Rocha Silva: “As aproximações com o sabá organizado de bruxas que voavam, participavam de orgias sexuais e se transformavam em animais, foram raras. Em contrapartida, foram colocados diabos, que não pertenciam ao imaginário dessas sociedades, em quase todas as representações e descrições sobre a colônia.⁴³” Na colônia, essas mulheres praticavam seus rituais de forma mais individualizada, focando principalmente em questões de amor.⁴⁴ As mulheres aparecem nas acusações de feitiçaria analisadas por Capistrano de Abreu como figuras cujas práticas eram frequentemente associadas ao pacto diabólico, em conformidade com o imaginário europeu consolidado pela demonologia.

No entanto, os relatos inquisitoriais sugerem que essas práticas muitas vezes refletiam estratégias para lidar com dilemas cotidianos, mais do que uma adesão consciente à heresia. A confusão conceitual entre superstição, magia e feitiçaria, comum no período, contribuía para que gestos simples ou crenças populares fossem reinterpretados como sinais de transgressão moral e espiritual, expondo mulheres a acusações que combinavam punição e controle social no contexto colonial. A partir de Luiz Mott (2001), é possível entender também a influência que os elementos das religiões de matriz africana tinham na conduta dessas mulheres consideradas bruxas e no julgamento das suas ações pelo Tribunal do Santo Ofício:

O Diabo aparecia para essas moças, muitas vezes, em forma de um moleque preto, que foi traduzido por Mott como uma entidade dos terreiros de Umbanda, lembrando os “caboclos”, “pretos-velhos” e outros seres encantados. Em dado momento, a índia Custódia, que já havia renunciado à fé católica, diz ao Diabo que quer se confessar e o demônio lhe responde que “na sua casa ele tinha muitos padres, que se não confessasse

42 SANTOS, p. 434, 2010

43 SILVA, 2013, p. 101

44 Citam-se exemplos extremos quanto à vida conjugal, como o de Paula de Siqueira, recorrendo a feitiçarias para ser querida pelo marido, e o de uma sogra que, a instâncias da filha, pediu veneno para dar cabo do genro, se este voltasse incólume da guerra de Sergipe. (ABREU, 1925, p. 11)

senão com eles", dizendo que enviaria seus próprios padres "infernais", por assim dizer, para fazer a confissão. Nessa passagem o demônio deixa claro que possui seu próprio clero, sua "igreja" alternativa.⁴⁵

Seguindo essa linha de análise da sociedade colonial, especialmente no contexto da Bahia, Capistrano nos apresenta uma visão complexa sobre o espaço doméstico, em que se articulam elementos de ordem social e simbólica: “Havia mesa de jantar, porque comer em mesa baixa era próprio de *christão [sic] novo*”⁴⁶. A casa, nesse sentido, é mais do que um simples ambiente de convivência familiar; ela reflete as divisões e hierarquias presentes na sociedade colonial, com seus espaços organizados de forma a reforçar normas de comportamento e relações de poder:

A casa, em seu conjunto, é concebida como uma combinação, por assim dizer, da ordem da natureza com a ordem social. Sua organização estrutural é tal que seu interior opõe os espaços entre si, assim como os microespaços a eles associados, estabelecendo as fronteiras invisíveis que condicionam e localizam os modos de conduta, os quais dão forma e sentido às relações familiares.⁴⁷

De um lado, as práticas religiosas e culturais populares, muitas vezes permeadas de misticismo e sincretismo, invadem o cotidiano, através das festas e rituais que evidenciam a pluralidade espiritual da colônia. De outro, a rotina doméstica, mais simples e controlada, carrega consigo a necessidade de adaptação às normas da sociedade colonial, onde até gestos cotidianos, como a forma de se alimentar, podiam ser interpretados como sinais de desvio moral, como no caso das mesas baixas, associadas aos cristãos-novos. Esse contraste entre os elementos tradicionais e os adaptados ao contexto colonial ilustra como a vida na Bahia, embora permeada por uma constante tensão entre o místico e o pragmático, se organizava segundo uma lógica própria, que buscava conciliar influências externas e a manutenção da ordem social.

O clima de desconfiança e repressão na sociedade colonial era tão intenso que a sobrevivência individual muitas vezes dependia diretamente da capacidade de se alinhar com os valores e normas estabelecidos pela Igreja e pelo Estado. A pressão para conformar-se aos padrões de comportamento exigidos era constante, e aqueles que não se ajustavam estavam sujeitos a severas punições. Nesse contexto, muitos recorriam à Inquisição, não apenas como uma ferramenta de controle social, mas também como uma forma de resolver disputas pessoais

45 Op Cit, p. 162

46 ABREU, 1925, p. 11

47 MARCELIN, 1999, p. 35

ou garantir sua própria segurança. Como observou Silva: “As pessoas eram incentivadas a delatar seus amigos, parentes e vizinhos e, muitas vezes, também usavam a Inquisição como mediadora dos seus conflitos e desavenças pessoais. Os delatores, da mesma forma, podiam se transformar em réus.” A própria dinâmica de delação e suspeita criava um ambiente em que a lealdade e a confiança eram constantemente testadas, pois a busca pela proteção individual podia, de forma contraditória, levar à traição de outros. ”⁴⁸

Nesse cenário, a delação se tornava uma forma de proteção, uma maneira de evitar ser acusado ou punido, o que levava à traição de laços familiares e à entrega de parentes e amigos como forma de se resguardar:

A Inquisição introduziu na sociedade colonial uma percepção de culpa, que levou as pessoas a identificar infrações, antes inconscientes, em comportamentos rotineiros. E despertou a vontade geral de colaborar, de alguma forma, com os inquisidores, fosse para mostrar boa vontade ou para se livrar de possíveis acusações.⁴⁹

A acusação de heresia ou bruxaria, por exemplo, não só significava um castigo para o acusado, mas também uma maneira de solidificar a posição do denunciante dentro da ordem social e religiosa da época, garantindo que sua própria posição não fosse questionada ou comprometida. Nesse contexto, a delação se tornava uma estratégia de autopreservação, uma forma de afirmar sua lealdade ao sistema religioso e à ordem colonial, que impunha severas punições àqueles considerados desviantes. Esse mecanismo de controle social refletia não apenas o medo das punições físicas, mas também o temor de ser marginalizado ou excluído da comunidade, o que, em uma sociedade rígida e hierarquizada como a colonial, poderia significar a perda de status, recursos e proteção. Assim, a prática da denúncia se inseria em uma dinâmica de sobrevivência que, embora devastadora para as relações familiares, fortalecia a manutenção da ordem e do controle social no período.

Nesse sentido quando articulados com abordagens historiográficas mais integradoras e contemporâneas, os prefácios de Capistrano de Abreu ganham relevância ao oferecer caminhos para revisitar as fontes sob novas perspectivas. Esses textos transcendem a função introdutória ao estabelecer conexões entre os registros inquisitoriais e debates mais amplos sobre a sociedade

48 SILVA, 2013, p. 116

49 Ibid

colonial, consolidando-se como instrumentos fundamentais para a compreensão das dinâmicas culturais, sociais e políticas do período.

Considerações Finais

A análise dos prefácios escritos por Capistrano de Abreu para as obras *Confissões da Bahia* e *Denúncias da Bahia* à luz da historiografia contemporânea buscou compreender como o autor organizou e interpretou o material histórico, explorando as tensões da sociedade colonial do século XVI. O artigo concentrou-se em examinar a evolução entre os dois textos introdutórios, destacando o refinamento metodológico e a maior objetividade alcançada no segundo prefácio. Tal abordagem permitiu observar como Capistrano estabeleceu uma narrativa histórica que dialoga com temas centrais, como as dinâmicas culturais, sociais e religiosas da Bahia colonial, e como suas escolhas refletem a historiografia de sua época.

Ao organizar e editar esses registros históricos, Capistrano ofereceu ao público um acesso inédito a documentos que revelam o cotidiano de algumas localidades brasileiras do final do século XVI, trazendo à luz práticas religiosas, sociais e culturais anteriormente pouco exploradas. Os documentos publicados revelam a complexidade do controle inquisitorial em terras coloniais, refletindo as dificuldades da Igreja em lidar com práticas locais que escapavam aos padrões católicos europeus. Nesse sentido, para a historiografia brasileira, o profundo impacto da obra de Capistrano se explica pelo acesso inédito a informações que evidenciam as interações complexas entre diferentes grupos sociais, incluindo indígenas, africanos e europeus, e como essas interações influenciaram a formação do Brasil e da sociedade brasileira.

A edição de Capistrano, ao mesmo tempo em que altera ao mínimo os textos originais, buscando conservar os aspectos próprios da escrita dos registros legais da Inquisição, traz análises e apontamentos muito ricos para a compreensão tanto dos documentos apresentados como da sociedade colonial brasileira em geral. Por isso, a análise dos registros inquisitoriais não deve ser dissociada do papel do próprio Capistrano como editor, cuja atuação meticulosa foi essencial para tornar essas fontes acessíveis e inteligíveis para gerações posteriores de historiadores.

Quando comparada à historiografia contemporânea, a obra de Capistrano demonstra um marco inicial relevante na organização e análise de documentos coloniais, mas também reflete limitações próprias do período em que foi produzida. Enquanto Capistrano se preocupava em oferecer uma leitura organizada e fiel aos documentos, sua abordagem priorizava uma visão centrada nas instituições e nos agentes coloniais europeus, típica da historiografia do início do século XX. Em contraste, as práticas historiográficas atuais ampliaram o foco para incluir as vozes antes marginalizadas, como as de indígenas, africanos e mulheres, bem como para destacar as complexidades das interações culturais e as formas de resistência nas sociedades coloniais.

Apesar disso, a contribuição de Capistrano permanece fundamental, especialmente por ser pioneiro em trazer à tona fontes que hoje são centrais para esses debates. Suas publicações não apenas facilitaram o acesso às informações sobre o controle inquisitorial na colônia, mas também revelaram práticas sociais, culturais e religiosas que contribuíram para uma visão mais abrangente da formação da sociedade brasileira.

Contudo, a investigação não conseguiu abarcar de maneira aprofundada alguns aspectos inicialmente pretendidos, como a análise detalhada das correspondências trocadas por Capistrano durante o período de publicação das obras. Esses documentos poderiam oferecer perspectivas relevantes sobre as redes intelectuais que o apoiaram e sobre os desafios materiais enfrentados no processo editorial, mas ficaram de fora devido às restrições impostas pelo formato do trabalho. Por se tratar de uma pesquisa desenvolvida no âmbito de um trabalho de conclusão de curso em um período reduzido, foi necessário priorizar a análise dos textos introdutórios e dos contextos históricos a eles relacionados, em detrimento de uma investigação mais ampla.

Essas limitações também restringiram a possibilidade de explorar com maior profundidade aspectos importantes, como o caso de Pero Tourinho, abordado por Rossana Britto, que poderiam enriquecer a compreensão sobre a atuação do Santo Ofício na colônia. Apesar dessas lacunas, o artigo cumpriu o objetivo de discutir os prefácios à luz das abordagens historiográficas atuais, ressaltando a relevância do trabalho de Capistrano como um marco na historiografia brasileira.

Conclui-se que o legado de Capistrano de Abreu continua sendo central para a historiografia brasileira. Quando analisada em conjunto com as abordagens historiográficas atuais, e com o tempo necessário para um estudo mais aprofundado, além de maior acesso a

materiais complementares, sua obra se revela um recurso valioso para compreender a complexidade da sociedade colonial do século XVI. O artigo reafirma a importância de revisitar essas fontes para ampliar o entendimento sobre as dinâmicas sociais, culturais e institucionais que moldaram o Brasil colonial, oferecendo um ponto de partida fundamental para novas investigações sobre o período.

Referências:

- ABREU, Capistrano de. **Correspondência**. Organização e prefácio de José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1954. 2 v.
- ABREU, Capistrano de (ed.). **Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça: confissões da Bahia - 1591-92**. São Paulo: Série Eduardo Prado, 1922.
- ABREU, Capistrano de. **Denunciaç es da Bahia: Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça: denunciaç es da Bahia, 1591-92**. São Paulo: Paulo Prado, 1925.
- AMED, Fernando. **As cartas de Capistrano de Abreu: sociabilidade e vida literária na belle  poque carioca**. São Paulo: Alameda, 2006.
- BATISTA, Paula Virgínia Pinheiro. **Bastidores da escrita da história: a amizade epistolar entre Capistrano de Abreu e João L cio de Azevedo (1916-1927)**. Dissertação (Mestrado em História Social) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/3344>. Acesso em: 28 out. 2024.
- CARDOSO, Jamille Oliveira Santos Bastos. **Ecos de liberdade: a Santidade de Jaguaripe entre os alcances e limites da colonização cristã (1580-1595)**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Salvador, 2015.
- CRUZ, Herlander Mário Pratas da. **O prefácio de autor**. Dissertação (Mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares) — Universidade Aberta, Lisboa, 2010.
- DE MATTOS, Y. Escritos «curiosos que nunca afrontaram os prelos»: o historiador Capistrano de Abreu como editor das Confissões da Bahia de 1922. **Lusitania Sacra**, n. 42, p. 175-201, 27 out. 2021. Acesso em: 19 nov. 2024.
- GONTIJO, Rebeca. **O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador**. 2006. 323 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- MARCELIN, Louis Herns. A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo Baiano. **Mana**, [S.L.], v. 5, n. 2, p. 31-60, out. 1999. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/kghr3xv9tC5yvVyBSTkTPLc/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 28 nov. 2024.

MICHAELIS. Dicionário brasileiro da língua portuguesa. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/pref%C3%A1cio/>. Acesso em: 28 out. 2024.

SCHWARTZ, Stuart B. **Cada um na sua lei: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico**. São Paulo/Bauru: Companhia das Letras, 2009.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial: século XVII**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. Um distinto biógrafo: Capistrano de Abreu editor de documentos históricos. **História** (São Paulo), [S.L.], v. 29, n. 1, p. 418-441, 2010. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-90742010000100023>.

SILVA, Alex Rogério. Capistrano de Abreu e a reconstrução da Primeira Visitação Inquisitorial a Bahia pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça (1591-1595). **Temporalidades: revista de historia**, Belo Horizonte, v. 8, n. , p. 169-179, jan. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5674>. Acesso em: 28 out. 2024.

SILVA, Carolina Rocha. **O sabá do sertão: feiticeiras, demônios e jesuítas no Piauí colonial (1750-58)**. 2013. 222 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2013.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.